

A ENERGIA COMO FOCO DE INTERESSE EMPRESARIAL: A LIGHT E O CONTEXTO PAULISTA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

Camila de Oliveira
Fabiane Neri da Silva
Felipe da Silva Fernandes

Resumo:

Na segunda metade do século XX, conforme se pode depreender da leitura dos recortes de jornais realizados pela extinta *Light*, três modalidades principais de notícias interessavam à empresa acompanhar: aquelas relacionadas a temas políticos importantes da época, como a formulação e/ou promulgação de um projeto de lei, atos do Executivo, notícias relacionadas à classe trabalhadora em geral e outras relacionadas a problemas ambientais e transformações ocorridas no espaço urbano paulista.

Portanto, o presente trabalho procurar reconstruir o contexto paulista da segunda metade do século XX a partir da perspectiva de uma empresa privada pioneira na exploração dos recursos tecnológicos enquanto mercado a ser constituído no país, tendo em vista os três assuntos anteriormente citados.

O trabalho ressalta a proximidade com que a empresa acompanhava as notícias relativas às atitudes políticas do governo brasileiro à época como forma de preservar seus interesses corporativos frente a uma intervenção cada vez mais presente do Estado na economia.

A classe trabalhadora também se faz presente nos assuntos os quais interessava a empresa informar-se, uma vez que era crescente a agitação política entre estes trabalhadores nos anos que antecederiam o golpe de 64.

Por fim, no momento em que a empresa canadense se instala em São Paulo, o espaço paulista passava por grandes transformações que muitas vezes refletiam as relações assimétricas estabelecidas entre as classes menos favorecidas e os agentes econômicos do capital.

Palavras chaves: tecnologia, mercado, trabalho, política, espaço.

1. Temática

Compreender, em linhas gerais, as relações estabelecidas entre uma empresa de capital internacional aplicado à exploração sistemática de uma determinada tecnologia – a *The São Paulo Tramway Ligth e Power Co.*¹ – e o contexto paulista na segunda metade do século é o escopo deste trabalho.

Tal relação difunde-se em diversos níveis de análise, abrangendo desde a tensão entre interesses empresariais e estatais, o universo do trabalho e a exploração capitalista, e a transformação material da realidade por intermédio da tecnologia.

Portanto, o esteio temático desta monografia é a interação entre capital e tecnologia exemplificada pela atuação histórica de uma empresa de exploração da produção e fornecimento de energia elétrica no contexto paulista. Tema embasado na análise dos interesses inerentes ao grupo Light e sua relação com os condicionantes históricos apresentados pelo período assinalado, no que diz respeito ao universo do trabalho, ao aproveitamento e exploração do meio ambiente e do meio social urbano e aos conflitos com o Estado brasileiro no âmbito da política energética estatal.

2. Metodologia

Basicamente, foram utilizados como recursos teóricos, metodológicos e factuais o acervo documental conservado pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, bibliografia e artigos relacionados ao tema abordado, bem como sítios e demais recursos informativos da Internet.

O corpus documental sobre a qual a presente análise se sustenta são os recortes, realizados pela extinta Light e conservados pela Fundação Energia e Saneamento, supracitada, de notícias de jornais paulistas e cariocas no período de 16 de fevereiro de 1961 a 28 de fevereiro do mesmo ano.

Para a classificação e divisão temática das fontes pesquisadas, foi utilizado como critério seletivo a recorrência de um determinado assunto no conjunto das notícias analisadas.

Desta forma, pôde-se apurar que interessava à empresa recortar três modalidades principais de notícias: aquelas relacionadas a temas políticos importantes da época, como

¹ Doravante, o nome da empresa será identificado no texto simplesmente como *Light*.

a formulação e/ou promulgação de um projeto de lei, atos do Executivo, notícias relacionadas à classe trabalhadora em geral e outras relacionadas a catástrofes ambientais e transformações ocorridas no espaço urbano paulista.

O principal pressuposto que orientou a análise do corpus documental é o de que uma empresa, para além de sua constituição interna baseada em organogramas, estatutos e regimentos, departamentos e processos é antes um sistema aberto que influencia e é influenciado pelo contexto social sobre o qual está instalado e com o qual interage.

É tema recorrente nas atuais teorias administrativas a necessidade de as empresas estarem em constante rastreamento, análise e processamento das informações oriundas do meio externo a elas a fim de identificarem possíveis ameaças e oportunidades ao conjunto dos objetivos e interesse que as norteiam.

Claro está que uma empresa como a Light, na segunda metade do século XX, não dispunha das sofisticadas teorias administrativas atuais nem do auxílio da novíssima Ciência da Informação. Contudo, o que se pretende frisar é que o ato de uma empresa recortar artigos jornalísticos só pode ser entendido levando-se em consideração seus interesses e objetivos endógenos.

Portanto, embora não seja possível depreender dos documentos pesquisados quais seriam os objetivos e interesses da empresa no período estudado, a recorrência de recortes concernentes aos três temas básicos apresentados é suficiente para justificar uma análise mais detalhada da relação estabelecida entre a trajetória histórica da Light e o contexto, também histórico, de cada um dos temas identificados.

3. Desenvolvimento

3.1 Energia e Estado: intervenção estatal e iniciativa privada na exploração econômica dos recursos técnico-tecnológicos.

3.1.1 A mediação sociedade-tecnologia no âmbito dos Estados nacionais (século XX).

A denominada Segunda Revolução Industrial consagrou a conjugação entre capital, em suas modalidades industrial e financeira, e desenvolvimento tecnológico. O processo de mundialização do capitalismo financeiro dependeu da difusão eficiente das descobertas científicas empreendidas pelos centros tecnológicos hegemônicos.

Tais centros coincidiam com os do capital financeiro-industrial, pois as descobertas científicas, já na segunda metade do século XIX, dependiam da inversão de grandes volumes de investimentos.

As universidades, os centros de pesquisas tecnológicas independentes e aqueles associados a um determinado ramo industrial, no período assinalado, constituíam-se sobre um corpo de profissionais altamente especializados que operavam processos de experimentação científicas enormemente sofisticados e caros.

Por outro lado, a aplicação prática de uma determinada descoberta científica que se mostrasse comercialmente viável garantia ganhos financeiros suficientemente vantajosos que justificavam os investimentos em tecnologia.

Desta forma, no século XIX, a tecnologia se torna uma componente estratégica dentro da política econômica dos países ocidentais hegemônicos. Neste contexto, investir em pesquisas científicas significa não somente a possibilidade de lucro, mas também a manutenção e expansão do poder político.

Por esta razão, não coube somente à iniciativa privada estimular a produção científica, dentro dos parâmetros do capitalismo de concorrência e embasado ideologicamente no liberalismo econômico, mas os Estados nacionais gradativamente tomaram a frente destas iniciativas, antevendo a importância da tecnologia como fator político e não somente econômico.

Dois modelos, então, de gerenciamento da relação entre sociedade e tecnologia foram instaurados pelas principais potências hegemônicas do período indicado. O *capitalismo*, liderado pelos Estados Unidos, que tinha por objetivo a maximização do lucro e o *socialismo*, sob a égide das repúblicas da extinta União Soviética, que enfatizava a maximização do próprio Estado.

Conforme argumenta Manuel Castells², embora não se possa estabelecer um determinismo direto entre sociedade e tecnologia, no sentido de uma reciprocidade profunda entre ambos os elementos através da qual a sociedade determina e é determinada pelas tecnologias de que se apropria; a sociedade pode sufocar o desenvolvimento da tecnologia, principalmente através do Estado, ou então, também majoritariamente por intermédio da intervenção estatal promover o avanço da ciência.

No que diz respeito aos objetivos deste trabalho, vale ressaltar que as sociedades capitalistas ocidentais tem se pautado pelo estímulo ao progresso científico como um dos

² CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, pp. 39-43.

fatores determinantes de seu desenvolvimento histórico e não pelo soerguimento de barreiras ideológicas ao avanço da tecnologia.

Logo, os conceitos de “técnica”, “tecnologia” e demais idéias correlatas a estes conceitos devem ser entendidos como importantes categorias de análise histórica, sem as quais uma importante dimensão histórica das sociedades ocidentais é eclipsada.

Coube ao capitalismo, como modelo de mediação entre sociedade e tecnologia na qual o conhecimento científico é também utilizado como fator de maximização do lucro, e não ao socialismo soviético, o papel de difundir na quase totalidade das realidades latino-americanas, inclusive no Brasil, as inovações científicas resultantes da conjugação entre capital e conhecimento científico.

Portanto, a análise da relação entre desenvolvimento tecnológico e sociedade brasileira deve necessariamente contemplar a atuação do Estado como elemento facilitador ou de obstáculo ao progresso técnico-científico no país, uma vez que historicamente as nações ocidentais, de cuja tradição o Brasil faz parte, reservaram ao Estado um importante grau de intervenção sobre as possibilidades do desenvolvimento científico e que em parte pode explicar o sucesso ou o fracasso do progresso material das sociedades destes países.

3.1.2 Desenvolvimento técnico-tecnológico e intervencionismo estatal: o caso específico do setor elétrico no contexto brasileiro da segunda metade do século XX.

Dois momentos históricos importantes delimitam o rumo do setor elétrico brasileiro na segunda metade do século XX: a crise do capitalismo internacional manifestada no *crack* da bolsa de Nova Iorque em 1929 (os desdobramentos históricos deste acontecimento refletiram na estratégia brasileira de desenvolvimento material, assim como o *New Deal* e a política econômica keynesiana também exerceram influências), que possibilitou ao Brasil industrializar-se; e a Revolução de 30, que possibilitou a concepção de uma política desenvolvimentista burguesa baseada na industrialização acelerada do país.³

Isto porque a partir deste momento o Estado brasileiro, para além de seu papel tradicional como mantenedor da ordem social, passou a intervir diretamente na economia nacional com projetos específicos para a política econômica, a exemplo do SALTE

³ As reflexões aqui apontadas foram integralmente sugeridas pela leitura da dissertação de mestrado de Reginaldo A. de Medeiros, intitulada “O Capital Privado na Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro”, publicada no caderno sexto de *História & Energia* do Departamento de Patrimônio Histórico – DPH, ELETROPAULO, 1996.

instituído no governo do marechal Dutra, que visava o desenvolvimento acelerado do país mediante pesados investimentos estatais nos setores de infra-estrutura, energia, transportes, entre outros.

Direcionando esta questão para o desenvolvimento histórico do setor elétrico brasileiro, vale mencionar que inicialmente a exploração da energia elétrica foi realizada no país por pequenos empreendedores nacionais e por municipalidades brasileiras. Depois, o setor ganha novo dinamismo com a chegada dos grandes grupos estrangeiros, no qual se insere a Light, principal exploradora da produção e distribuição de energia elétrica no eixo São Paulo - Rio à época.

A crescente demanda por energia elétrica pela sociedade brasileira devido ao processo acelerado de industrialização do país e à difusão das inovações tecnológicas associadas ao conforto possibilitado pelo uso da eletricidade pressionou os grandes grupos estrangeiros a melhorarem qualitativamente e quantitativamente seus serviços.

Contudo, o cenário político-econômico brasileiro à época, marcado por um profundo sentimento nacionalista que colocava em risco os interesses do capital internacional, não permitia a estes grupos estrangeiros obter na proporção desejada lucros que justificassem novos investimentos no setor elétrico.

Logo, o governo brasileiro viu-se diante de um impasse, pois o déficit energético estrangulava as possibilidades de desenvolvimento do país, sendo que o Estado não possuía capitais suficientes para investir na produção e distribuição de energia elétrica a fim de superar esta situação.

A solução encontrada não somente pelo governo federal, mas principalmente pelos governos estaduais, foi a de integrar as bases de produção e distribuição de energia elétrica já existentes – que longe dos grandes centros urbanos eram representados majoritariamente pelas concessões municipais – a sistemas regionais interligados, cuja capacidade de geração de energia foi aumentada pela construção de novas hidrelétricas nas principais bacias hidrográficas do país, administrados por uma empresa estadual de economia mista.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, contudo, devido às características específicas dessas regiões, no que pese o acentuado grau de concentração populacional nas principais cidades paulistas e cariocas, o Estado adotou solução diversa, concentrando seus esforços no incremento da geração de energia elétrica e delegando a grupos estrangeiros como a Light a responsabilidade pela distribuição energética.

Este processo de intervenção estatal no setor elétrico brasileiro, marcado por projetos políticos desenvolvimentistas e nacionalistas, emblematicamente representado pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, culminou na criação da Eletrobrás em 1961.

Um dos itens integrantes do primeiro Plano Nacional de Eletrificação proposto no governo Vargas após exaustivas análises da situação do setor elétrico brasileiro – que contaram inclusive com o apoio técnico de especialistas de outros países –, à Eletrobrás, empresa pública de âmbito nacional, referia-se a realizar pesquisas e projetos relacionados ao setor elétrico brasileiro, bem como a construir e a operar linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica e implantar a indústria pesada de material elétrico no Brasil.

Portanto, progressivamente identificado como elemento estratégico do desenvolvimento nacional pelas políticas nacionalistas da segunda metade do século XX, a história do setor elétrico brasileiro neste período é marcada principalmente pelo aumento da intervenção estatal no setor que, por meios de diferentes estratégias institucionais, buscava maximizar a produção e distribuição de energia elétrica no país e, com isto, suprir a industrialização acelerada do período de uma de suas demandas essenciais.

3.1.3 Limites aos interesses privados: A presença do Estado nos recortes de jornais.

É apenas levando-se em consideração o contexto histórico de intervenção do Estado brasileiro no setor elétrico esboçado anteriormente, que se pode compreender os motivos por que uma empresa de capital internacional como a Light se interessaria em recortar de jornais paulistas e cariocas da segunda metade do século XX, notícias relativas aos acontecimentos políticos da época.

Deste modo, as notícias recortadas pela empresa e referentes às intervenções estatais na realidade brasileira da segunda metade do século XX, principalmente relacionadas à esfera econômica, demonstram apreensão por parte da Light em acompanhar os movimentos da classe política de modo a resguardar os interesses corporativos da empresa.

Este fato pode ser interpretado à luz da história, caso se considere o movimento do capital internacional, temporalmente localizado no fim do século XIX e transcorrer do XX, rumo a financeirização verticalizada dos mercados econômicos.

Neste sentido, grupos econômicos como a Light tiveram de defender seus interesses monopolistas frente às políticas econômicas desenvolvimentistas encampadas por países em desenvolvimento como o Brasil que buscavam a todo custo promover sua industrialização.

Logo, a atuação do Estado brasileiro passou a representar para estes grupos econômicos tanto a possibilidade de ganhos financeiros, como a ingerência em suas estratégias comerciais, este último fato foi emblematicamente representado pela aprovação, em 1961, do projeto de lei que criava a Eletrobrás.

Alguns títulos das notícias recortadas pela empresa podem corroborar a assertivas esboçadas anteriormente: “Provoca confusão nova lei de aposentadoria” – O Estado de São Paulo, 16/02/1961; “Não há crise na Petrobrás” – Diário da Noite, 16/02/1961; “Plano de desenvolvimento para o litoral do Estado” – O Estado de São Paulo, 17/02/1961; “Execução do Plano de Eletrificação”, Folha de São Paulo, 17/02/1961; “Plano de Eletrificação do Estado” – Diário de São Paulo, 18/02/1961; “Eletrificação da Sorocabana”, Cruzeiro do Sul, 19/02/1961; “Funcionamento imediato do Ministério da Indústria e Comércio” – O Estado de São Paulo, 19/02/1961; “Taxa única para a energia nordestina”, Jornal do Commercio, 20/02/1961.

Contudo, nenhum outro assunto foi tão recortado como a possível aprovação do projeto de lei que criaria a Eletrobrás, conforme pode ser observado nas manchetes dos seguintes jornais: “Eletrobrás e o Governo Federal”, Diário de São Paulo, 16/02/1961; “Aripino vai entregar o projeto da Eletrobrás”, Folha de São Paulo, 16/02/1961; “A Petrobrás e a Eletrobrás na pauta”, Última hora, 17/02/1961; “Aguardada com interesse a atitude que tomará JQ em relação ao projeto da Eletrobrás”, Folha de São Paulo, 17/02/1961; “Jânio vai sancionar a Eletrobrás”, A Gazeta, 17/02/1961; “O ministro Aripino manifesta-se sobre a criação da Eletrobrás”, Folha de São Paulo, 18/02/1961; “Eletrobrás e tirania”, Correio Paulistano, 18/02/1961; “Eletrobrás e a sanção presidencial”, O Estado de São Paulo, 21/02/1961.

De fato, mesmo os interesses de um importante grupo econômico como a Light, uma vez que foram invertidos capitais da empresa na economia brasileira, encontram seu limite bem definido na fronteira do Estado que, embora via de regra admitisse amplo

espaço de negociação, agia conformes interesses próprios e muitas vezes antagônicos aos interesses do grande capital.

3.2 Energia e trabalhadores: Modernização, capital estrangeiro e sindicalismo.

3.2.1 Novas tecnologias, novas técnicas de gerenciamento empresarial e transformações sociais.

No século XIX, com o início da Segunda Revolução Industrial, o combustível, o petróleo e a indústria siderúrgica destacaram-se como novos recursos energéticos e de transformação da matéria. Esta é também a “Era das Ferrovias”, dado o grande impulso internacional na construção de malhas ferroviárias como principal meio de comunicação e transporte. Já no início do século XX a indústria mais uma vez avançou com a descoberta do motor à combustão.

Com isso, surgiram novos modelos na forma de gerenciamento da produção industrial, como o *fordismo* e o *taylorismo*. Na forma de produção *fordista* ocorria a produção industrial em série, sendo que cada operário passava a realizar uma tarefa simples dentro do processo completo de produção de uma determinada mercadoria, o que conseqüentemente resultava na fragmentação das relações do trabalho.

Os operários ficavam unidos, tendo como objetivo a confecção da mercadoria total ou completa. Contudo, esta forma de organização do trabalho acarretou um grande aumento da alienação operária, pois o trabalhador não mais dominava todos os processos envolvidos na fabricação do produto de seu trabalho.

Já na forma de gerenciamento da produção *taylorista*, ocorria o modelo gerencial do trabalho com a separação entre o fazer e o pensar, a divisão técnica do trabalho e a fragmentação do tempo por unidade de produção. Inicia-se, então, o controle rígido sobre o processo de trabalho, valorizando, sobretudo, as funções de supervisão.

Após a Segunda Guerra Mundial, indústrias como a eletrônica e a aeronáutica, por exemplo, tornam-se o destaque do processo de industrialização global, pois representam parte da tecnologia de ponta que está se desenvolvendo na época. Ocorre, então, o aceleração da concentração industrial, fazendo aumentar a concorrência internacional e dando origem as transnacionais, que buscam nos países periféricos a mão-de-obra barata, matéria-prima e mercado consumidor de que necessitam.

Desta forma, inicia-se a fase financeira do capitalismo em que o consórcio entre capital financeiro e produção científica acelera o processo de desenvolvimento de novas tecnologias. E em função da aceleração do processo tecnológico alguns processos industriais e de serviços tradicionais são substituídos por soluções tecnológicas, fato que promove o desemprego estrutural, pois o avanço técnico-tecnológico tem antes se configurado num processo de exclusão de indivíduos do que de inclusão social.

Este desemprego estrutural está ligado à diminuição do número de trabalhadores que realizavam atividades operacionais pelo surgimento de vagas voltadas para profissionais responsáveis pelo gerenciamento e pela coordenação da produção. Claro está que a diminuição de determinados postos de trabalho e a criação de novas funções é outra característica do capitalismo financeiro-industrial.

É neste contexto de avanço científico e tecnológico conjugado á modificações profundas no universo do trabalho e conseqüentemente à economia, que se deseja enfocar o desenvolvimento da energia elétrica e a chegada da Light ao Brasil.

No final do século XIX, o Brasil sofreu um processo de modernização em sua infraestrutura percebida no transporte, na comunicação e nos serviços públicos urbanos, financiados principalmente pelo crescimento das exportações de café. O complexo paulista exportador de café introduziu a mão-de-obra livre do imigrante europeu em um país onde antes as relações escravistas eram dominantes, favorecendo o alargamento do mercado interno.

No final da década de 1880, parte dos excedentes oriundos da exploração do café começou a ser invertido na indústria, resultando no avanço da urbanização e no aumento do funcionalismo público e das atividades industriais no sudeste do país, fatores de desenvolvimento que ofereceram condições para o investimento no setor elétrico e atraíram capitais estrangeiros.

Após a introdução da eletricidade no país, esta se tornou um agente de indução e de aceleração das mudanças ocorridas nas práticas sociais e econômicas desde o fim do Império, principalmente após o início da República (1889).

A indústria de energia elétrica em São Paulo teve origem no final do século XIX, primeiro com as atividades no setor realizadas por empreendedores privados nacionais e pelas iniciativas públicas municipais. Porém, o advento da indústria elétrica paulista coincidiu com a expansão do capitalismo internacional e de unidades agro-exportadoras das economias periféricas, ocasionando a grande presença de grupos estrangeiros e nacionais na economia local.

Dessa forma, pode-se dizer que a indústria elétrica representava metonimicamente a indústria nacional como um todo. De um lado estavam pequenas empresas nacionais e de outro, empresas internacionais que possuíam interesses nos serviços elétricos da cidade de São Paulo, como a Light por exemplo. Deste modo, com a entrada do capital estrangeiro no setor, a indústria de energia elétrica nacional tornou-se mais dinâmica. A partir da década de 1920, o país entrou em um processo de concentração de concessionárias estrangeiras que foram absorvendo pouco a pouco a maior parte das empresas nacionais e municipais. Foi nesse contexto que a Light & Power Company Ltda fez parte do bloco de empresas que dominavam o setor elétrico paulista, juntamente com a Brazilian Traction e a Amforp.

A produção de eletricidade em larga escala se acentuou na década de 1900, por iniciativa do grupo canadense Light. Em alguns anos, a empresa instalou no eixo Rio-São Paulo um importante sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Na mesma década, a Light inaugurou uma linha de bondes elétricos e, em 1901, a usina hidrelétrica de Parnaíba, a fim de fornecer energia elétrica a São Paulo. Esta usina foi construída por mais de 1000 trabalhadores.

O capital privado nacional chegou a desempenhar papel significativo na expansão da eletricidade brasileira. Porém, na década de 1920, a Light e a norte-americana Amforp, promoveram um intenso processo de concentração e centralização das concessionárias autorizadas a explorar o ramo elétrico, resultando na quase completa desnacionalização da indústria de energia elétrica brasileira.

Após a Revolução de 1930, a centralização político-administrativa do país e o fortalecimento do Estado em diversos planos da vida social, inclusive o econômico, repercutiram nas atividades relacionadas ao setor elétrico, pois se percebia que o crescimento da economia brasileira estava subordinado ao capitalismo internacional e que o novo governo ambicionava reorganizar o país no âmbito político, econômico e social.

Em 1934, Vargas promulgou o Código de Águas que estabelecia a competência exclusiva do Governo Federal como poder concedente dos aproveitamentos hidrelétricos e fixação de tarifas pelo custo dos serviços derivados de tais aproveitamentos. Após a promulgação do Código de Águas houve uma intensa campanha contrária à lei, na qual a Light encabeçou o movimento de resistência ao cumprimento dos preceitos legais, tornando-se claro as pretensões monopolistas do grupo canadense no país.

Em 1951, com a volta de Vargas ao poder, decidiu-se pela intervenção direta do Estado no setor elétrico, o que significou um grande desafio para a industrialização do

Brasil. Durante toda a década de 1950 esta intervenção estatal ganhou forma mediante altos investimentos na produção de energia elétrica por parte da União e de alguns governos estaduais.

No início da década de 1960 foi realizado o projeto de constituição da Eletrobrás, criada como empresa pública de âmbito nacional encarregada de realizar projetos, construir e operar usinas, desenvolver linhas de transmissão e realizar a distribuição de energia, bem como de implantar a indústria pesada de material elétrico no país.

O projeto enfrentou a oposição das concessionárias estrangeiras, de amplo segmento do empresariado nacional e de diferentes empresas estaduais que temiam a centralização do poder na esfera federal, apenas sendo transformado em lei em 1961, depois da organização do Ministério das Minas e Energia, em 1960. A constituição do projeto da Eletrobrás foi o início do processo de estatização da Light, que ocorreu em dezembro de 1978.

Verifica-se, portanto, em relação a todo este cenário econômico brasileiro, principalmente referente à indústria da eletricidade que o universo do trabalho, no início da década de 60, encontrava-se em processo de transição. Processo este marcado pelo monopólio das grandes empresas transnacionais e pelo conflito deste monopólio com os interesses estatais que, desde Vargas, assinalavam para o reconhecimento do setor elétrico pelo Estado como setor econômico estratégico.

3.2.2 A questão trabalhista no Brasil: as reivindicações dos trabalhadores frente ao avanço do capital.

Desde o início do processo de industrialização internacional, as condições de trabalho do proletariado sempre foram muito difíceis em razão de situações como: altas jornadas de trabalho, carência de direitos que resguardasse contra o poderio econômico do empresariado, falta de segurança e de condições salubres nos ambientes de trabalho, etc. Além do mais, não existia, inicialmente, a obrigatoriedade do contrato de trabalho como instrumento jurídico regulados da relação patrão-empregado, sendo que os operários eram admitidos e demitidos oralmente.

Os trabalhadores também não possuíam nenhum respaldo em relação a doenças contraídas em função do trabalho, ou seja, o patrão não estava obrigado a amparar seu funcionário caso este se acidentasse no trabalho ou adquirisse alguma moléstia profissional. Os baixos salários faziam com que existisse uma grande contratação de

mulheres e crianças, provocando excedente de mão-de-obra, desemprego e queda dos salários. No início do século XX, grande parte dos trabalhadores era formada de menores e mulher.

Na década de 30, com o governo Vargas, algumas das antigas reivindicações operárias foram atendidas, assim como também foram regulamentadas as relações entre capital e trabalho. Com o atrelamento dos sindicatos ao Estado, a legislação trabalhista tomou forma, apresentando poucas mudanças até 1964.

Em 1931, entrou em vigor a lei de extensão da estabilidade no emprego, pensões e aposentadorias dos servidores públicos. Em 1932, foram regulamentadas as formas de trabalho para o comércio e indústria, assim como o trabalho dos menores e de mulheres. Até 1937, foram elaboradas leis que instituíram as férias anuais, a previdência social e o uso obrigatório da carteira profissional. Em 1943, todos estes dispositivos foram sistematizados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O trabalho sofreu muitas modificações na década de 50, com a implantação do grande capital no país. Essas modificações implicaram no maior controle da produção e aumento de seu ritmo até 1964, quando esse processo se intensificou brutalmente.

Os movimentos grevistas sempre fizeram parte da vida dos trabalhadores como forma de reivindicar melhores condições de trabalho. Ou seja, quando a classe operária começou a se organizar de forma autônoma, as lutas por aumento de salários e melhores condições de trabalho tornaram-se mais freqüentes através das greves.

Essas greves ocorreram em grande número entre 1900 e 1919, estendendo-se por toda a década de 20. Algumas delas tomaram grandes proporções transformando-se em greves gerais como, por exemplo, a greve de 1917, em São Paulo. Até 1930, as greves apresentavam comumente as mesmas reivindicações: diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários, abolição das multas, descanso semanal, regulamentação do trabalho do menor e da mulher, etc. A repressão policial, fechamento de sindicatos e a expulsão de estrangeiros envolvidos nos movimentos reivindicatórios eram algumas das medidas usadas pelo grande capital como forma de punição dos grevistas.

Em 1929, com a grande crise econômica, houve o aumento do desemprego em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desta forma, o movimento grevista intensificou-se, contribuindo para a conquista de inúmeras vantagens trabalhistas.

Entre 1930 e 1935, as greves continuaram a aumentar significativamente, tendo por pauta de reivindicações principalmente os aumentos salariais, melhores condições de trabalho e cumprimento da legislação trabalhista. Neste período passou a existir também

uma grande luta do movimento operário contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado. A partir de 1935 ocorrera uma grande repressão sobre o movimento operário e sindical, por ocasião da derrota do movimento conduzido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

De 1943 em diante, em meio à luta pela democratização do país, as lideranças sindicais renovaram-se e as greves ressurgiram. No decorrer dos próximos três anos, os movimentos de reivindicação operária aumentaram consideravelmente, abrangendo ferroviários, portuários, bancários, metalúrgicos, securitários, etc.

Após 1947, uma grande repressão se abateu sobre o movimento operário, sendo que muitos sindicatos sofreram intervenções até o final do governo Dutra que provocaram violento arrocho salarial. Entre 1948 e 1950, ocorreram greves envolvendo milhares de trabalhadores como, mineiros, ferroviários, funcionários públicos, marinheiros entre outros.

Na década de 50, com a recomposição do movimento sindical, as greves tornaram-se cada vez mais freqüentes. Destaca-se a greve pelo abono de Natal dos bancários paulistas de 1951 e a “Greve dos 300 mil” em São Paulo, da qual participaram diversas categorias: têxteis, metalúrgicos, marceneiros e gráficos.

Em 1960 ocorreu a greve da paridade, quando 400 mil trabalhadores (marítimos, ferroviários e portuários) paralisaram o transporte em todo o país, reivindicando a equiparação salarial com os militares. Houve grande repressão à greve e, embora o movimento não tenha alcançado suas reivindicações, este foi um momento importante para o fortalecimento das organizações trabalhistas.

3.2.3 A radicalização sindicalista dos anos 60.

O movimento operário atingiu seu auge no início dos anos 60, principalmente nos 19 meses de governo de João Goulart, quando todas as características políticas, econômicas e sociais do período presidido por Juscelino e Jânio Quadros (investimentos em infraestrutura, abertura do país ao capital estrangeiro, industrialização, subserviência ao capital internacional e, principalmente, financiamento do projeto desenvolvimentista estatal através do endividamento externo, processo altamente inflacionário) demonstravam-se saturadas e incapazes de conter a insatisfação dos trabalhadores.

Nesse período, a radicalização dos movimentos de massa aprofundou-se e se generalizou, envolvendo sindicalistas, estudantes, setores da igreja, camponeses, soldados e marinheiros. Durante o ano de 1961, cerca de uma centena de greves

estremeceram o país. Embora a maioria delas reivindicasse melhores salários e cumprimento da legislação trabalhista, algumas delas tiveram um claro conteúdo político ao exigirem em agosto e em setembro a posse de João Goulart.

Em outubro daquele ano, uma greve geral bancária paralisou completamente o setor em todo o país. E em 15 de dezembro, a CNTI tentou articular uma greve geral pelo abono de Natal, que foi violentamente reprimida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Apesar do relativo fracasso do movimento, o Congresso Nacional aprovou o abono.

Em 1962, o número de greves aumentou, chegando perto de 130. Duas, no entanto, marcaram o período: a greve geral de 5 de Julho que exigia a formação de um ministério nacionalista e democrático, e que teve como um de seus frutos a aprovação do 13º salário. E a greve geral de 14 de setembro, que reivindicava a antecipação do plebiscito sobre a manutenção ou não do parlamentarismo. A greve durou três dias e o Congresso, sob pressão, marcou o plebiscito para janeiro de 1963. Naquele mesmo período Goulart, aumentou o salário mínimo em 75% e pediu aos dirigentes do CGT que suspendesse momentaneamente as greves.

Porém, o ano de 1963 não marcou a desmobilização do movimento operário: cerca de 149 greves sacudiram o país; desestabilizando o governo. Entre estas greves, foram as mais importantes: a greve nacional dos aeroviários, portuários, ferroviários, marítimos e operadores navais deflagrada em 30 de maio e exigindo a readmissão do comandante Melo Bastos. A greve nacional dos bancários, que durou de 18 de setembro a 12 de outubro e a greve geral de 29 de outubro, em São Paulo, em que 700.000 operários provenientes de 78 sindicatos distintos conseguiram, depois de quatro dias de paralisação, 80% de aumento salarial, também foram significativas.

Antes da formação dos sindicatos, para resistir às condições a que estavam submetidos, os trabalhadores formaram Associações de Socorro Mútuo. Essas Associações tinham fins assistenciais e amparavam seus associados em casos de doenças, acidentes, velhice, etc. Essas associações também tinham como objetivo reivindicar melhores condições de trabalho e maiores salários. As associações foram se desenvolvendo e evoluindo para a formação de Uniões e Ligas Operárias, dando origem aos Sindicatos.

No âmbito das greves da primeira metade do século XX a participação dos sindicatos foi preponderante. De 1945 a 1964, embora o movimento operário e sindical tivesse avançado substancialmente, não houve o rompimento do atrelamento das entidades

sindicais com o Estado. Porém, muitas outras formas autônomas de organização trabalhista foram desenvolvidas no período.

O Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil foram criadas respectivamente em 1945 e 1946. Na década de 50 e início dos anos 60, surgiram várias intersindicais, como o Pacto da Unidade Intersindical (PUI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O CGT teve papel importante na coordenação das lutas dos trabalhadores em nível nacional, tendo sido fechado com o golpe de 1964.

Percebe-se, portanto, que as greves e demais movimentos de massa protagonizados pelos trabalhadores, nesse período, promoveram uma intensa conturbação da “ordem social” – entenda-se por este termo, o *status quo* dominante à época, que aliava interesses das classes dirigentes nacionais aos interesses do capital externo.

Essas greves possuíam um caráter nitidamente político, pois eram em sua maioria fomentadas por organizações políticas paralelas ao poder dominante. Tais greves serviam de instrumento político de contestação por parte de nacional-reformistas e comunistas. Sendo assim, pode-se dizer que os grevistas contribuíram para o aumento do temor comunista, principalmente entre militares, que especulavam sobre a possibilidade de Goulart criar uma república sindicalista, em que os sindicatos comporiam o alicerce central da nova forma de governo.

3.2.4 Radicalização e conservadorismo: interesses internacionais no âmbito pré-ditatorial.

No que tange a Light, uma empresa estrangeira de caráter monopolizador, cujos interesses no país muitas vezes estavam relacionados aos movimentos do Estado brasileiro e à conservação ou transformação desta ou daquela configuração estatal nacional, pode-se perceber por intermédio dos recortes de jornais analisados que a empresa acompanhava as transformações ocorridas no universo do trabalho com peculiar interesse, dado a recorrência de notícias relacionadas às greves e demais assuntos relacionados à classe trabalhadora.

Conforme já mencionado, a Light detinha um grande monopólio no Brasil, monopólio este que foi constantemente alargado nos períodos posteriores a Vargas, quando houve o gradativo abandono do projeto varguista de desenvolvimento nacionalista relativamente autônomo. A partir do governo de Juscelino Kubitschek, o projeto de aceleração do

desenvolvimento econômico brasileiro não foi abandonado, contudo tal desenvolvimento foi realizado através do financiamento estrangeiro, sendo dirigido pelos interesses internacionais.

O governo de João Goulart, momento de grande mobilização social por um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, ao fazer ressoar parcialmente em suas atitudes governamentais as reivindicações por reformas sociais de base de ampla parcela da população nacional, fez com que os setores conservadores da sociedade brasileira reagissem a uma possível tentativa de reorganização do estatuto político-social brasileiro.

Portanto, não é de se admirar que mesmo nos momentos preliminares do movimento de radicalização do processo reivindicatório trabalhista, a Light já vinha acompanhando notícias tais como: “Provoca confusão nova lei de aposentadoria”; “Os trabalhadores e o novo governo” – O Semanário, 14 a 22 de fevereiro de 1961; “Direito de Greve. Reconhecimento pelo Ministério do Trabalho!; “Greve em linha de ônibus particular”; O comportamento do Ministério do Trabalho será de estrito respeito às reivindicações dos operários” – Folha de São Paulo, 19/02/1961; “5 municípios sem comunicações: telefonista deflagraram greve”; “Greve nas indústrias químicas no ABC”; “Diversas demissões e nomeações na Comissão do Imposto Sindical”; “Contrários ao Fundo Sindical trabalhadores de todo o país” – O Estado de São Paulo, 19/02/1961.*

Outras são: “Sindicatos preconizam: combate à inflação e escala móvel de salário” – Diário da Noite, fevereiro de 1961; “Exigem os trabalhadores medidas concretas contra o custo de vida”; “Uma Nova Política Sindical Exige Encontro de Líderes”; “Lorena: Histórico da greve na telefônica”; “Reunião fracassou: Metalúrgicos vão à greve!”; “Assinado acordo de reajustes de salários”; “150 mil metalúrgicos ameaçam paralisar três mil indústrias” – Correio Paulistano, 24/02/1961; “Irregularidades no imposto sindical”.

Pode-se perceber pelas manchetes das notícias aqui reproduzidas que a empresa possuía um interesse bastante abrangente com relação aos assuntos relacionados à classe trabalhadora, acompanhando desde notícias sobre medidas assistenciais aprovadas pelo governo – como a lei de aposentadoria –, bem como notícias sobre movimentos reivindicatórios protagonizados pelos trabalhadores –greves e paralisações –, passando pela relação entre Estado e classe operária – conforme pode ser verificado nas diversas manchetes relativas à criação de um imposto sindical.

* Algumas referências foram omitidas em função de que as notícias foram reproduzidas pelos autores deste trabalho, em imagem digital, no intuito de facilitar a pesquisa – dado o volume de notícias a serem manipuladas – e conservar as fontes originais, perdendo-se em muitas dessas imagens, a informação sobre aos jornais a que pertenciam essas notícias.

O que se pretende argumentar, não é o posicionamento contrário da empresa frente aos movimentos reivindicatórios promovidos pelos trabalhadores no início da década de 1960, mas simplesmente o fato de que, dado o processo de radicalização destes movimentos e de conturbação da ordem a qual a própria empresa se beneficiava, era impossível à empresa canadense ignorar os movimentos da classe trabalhadora.

O interesse da empresa em manter-se informada sobre as notícias relativas ao universo do trabalho somente pôde ser interpretado levando-se em consideração as transformações históricas que se processavam no universo do trabalho no início do século XX e particularmente aquelas que diziam respeito ao momento pré-ditatorial brasileiro, conforme aqui se buscou retratá-las.

3.3 Energia e meio: A infra-estrutura urbana de São Paulo sob o viés energético

3.3.1 O grupo Light em São Paulo: Um breve histórico

A “The São Paulo Tramway, Light and Power Company” passou a atuar no Estado em 1899, quando iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Parnaíba. A Light controlava os serviços de geração e de distribuição de energia elétrica e os serviços de bondes elétricos do município de São Paulo. Já na segunda década do século passado a empresa realizou diversas obras para a expansão de seus serviços, ampliando para os municípios vizinhos da capital o fornecimento de energia elétrica a partir das construções de represas no Rio Tietê e em Santana de Parnaíba.

O monopólio da empresa nos serviços de transporte público e de fornecimento de energia elétrica vai além da construção de represas como a Guarapiranga, entre 1920 e 1930, e da Billings, na década de 40, ou ainda da retificação dos rios Tietê e Pinheiros. O grupo canadense Light atou em diversos outros ramos, dentre os quais se destaca o imobiliário. A especulação neste setor evidencia o desfavorecimento das classes populares, sobretudo a operária pois, entre outros fatores, a extensão das linhas de bondes elétricos destinava-se principalmente às regiões ocupadas pelas classes mais privilegiadas. Assim, algumas poucas áreas urbanas foram beneficiadas por serviços de infra-estrutura, principalmente os serviços de transporte e iluminação.

Contudo, não se pode negar que, desde a sua instalação no país, a empresa se preocupou também com a universalização de seus serviços. Ainda assim, foi somente

após os anos 50 que esta pretensão pôde ser concretizada, a partir da interligação energética de diversas regiões e da sedimentação do mercado nacional de consumo de eletricidade. Esta pretensão, é bom lembrar, coube apenas às regiões urbanas do Estado e do país também, sendo que as regiões rurais continuaram a desconhecer os serviços básicos.

3.3.2 Serviços básicos?

Sarton: “Ciência é o que serve para resolver problemas da vida humana”.

No início do século passado, quando a energia elétrica ainda não estava integrada ao cotidiano de seus contemporâneos, possuir uma casa com iluminação elétrica ou andar em ruas claras durante a noite parecia um luxo desnecessário. Enquanto as elites gozavam deste luxo e de suas benesses,

“A maior parte da população vivia num rançoso conservadorismo e preferia o lampião à luz elétrica. Foi preciso convencer São Paulo de que a novidade técnica não ‘causava mal aos olhos, era fixa, segura e econômica, não desprendia calor nem fuligem e não cheirava mal’”.⁴

A recente invenção de Edison tirava o mundo da escuridão em que vivera durante milhares de anos e que era circunstância básica e de questionamento desnecessário. No começo do século XIX um estudo científico

“(…) produziu uma série de descobertas de importância fundamental para a Física moderna. Essas primeiras descobertas diziam respeito ao magnetismo, fluxo de corrente, baterias, capacitores e indução eletromagnética. Foram usadas de maneira prática na telegrafia por Samuel F. B. Morse antes da Guerra Civil americana. Após a guerra, Thomas Alva Edison, George Westinhouse, Elihu Thompson, Charles Steinmetz e muitos outros inventaram a iluminação elétrica e descobriram outros usos

⁴ Revista Memória Eletropaulo n° 22. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico – DPH, 1997;

para a eletricidade, incluindo, na década de 1890, motores para fornecer energia a fábricas”.⁵

Com suas fogueiras e mais tarde lampiões a gás, o mundo assim vivera até o advento da Ciência moderna, que no século XIX encurtou os intervalos entre descoberta e aplicação prática e comercial de princípios científicos. Criou desta forma, novas necessidades para a população que antes as desconhecia e doravante as denominaria de “serviços básicos”.

A citação de Sarton fez-se necessária para questionar o fato de a Ciência realmente resolver problemas ou ser responsável pela criação de tantos outros novos, pois à medida que novas descobertas científicas ocorrem, novas necessidades humanas são despertadas – ou criadas? – e engendram uma série de relações complexas de fatores econômicos, político-sociais, ambientais e técnico-tecnológicos a fim de atender a estas necessidades.

3.3.3 Cidade iluminada: a modernidade em São Paulo

Desde a década de 20, São Paulo já se constituía como ícone do progresso brasileiro. As representações que ambicionam promover esta “vocalização futurista” da cidade sempre focalizavam os símbolos da modernidade: o movimento das grandes avenidas, a iluminação das ruas e dos prédios, etc. São Paulo representava a cidade que “(...) não pára nem num flash de fotografia”.⁶

Jornais, cinema e rádio eram as linguagens midiáticas voltadas para o cotidiano destas ambições: mostrar uma São Paulo cosmopolita que no final da década de 50 está passando pelo processo de verticalização de seu espaço urbano e se torna a “Nova lorque brasileira”. No início da década de 60, São Paulo era a maior cidade brasileira e uma das mais cosmopolitas do mundo.

Mas para ser um espaço global, São Paulo necessitava de “pré-requisitos” mínimos que possibilitassem à cidade inserir-se neste contexto mundializado: uma imagem referencial como a Avenida Paulista por exemplo, recursos humanos qualificados, um sistema de comunicação eficiente, infra-estrutura urbana adequada e conservar uma identidade local que ao mesmo tempo coadune-se com um ideal cosmopolita, etc.

⁵ ROSENBERG, Nathan e BIRDZELL, L. E. Jr. *A História da Riqueza do Ocidente: A Transformação Econômica no Mundo Industrial*. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d.

⁶ FABRIS, Annateresa (Org.). *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1994.

Reduzido o fluxo de imigração estrangeira a partir da década de 50, a cidade passa a atrair contingentes populacionais de outros Estados do Brasil, tornando-se o maior pólo de migração interna. Desta forma, o crescimento dos bairros e a expansão dos subúrbios são conseqüência de um crescimento populacional desordenado. Esta expansão suburbana se direcionava para as áreas mais afastadas da urbe, não levando consigo os investimentos e os equipamentos públicos que conformavam a base imagética da cidade como expressão futurista.

Nesse contexto, as ferrovias apareceram como “incentivadoras” desta expansão: ao longo delas surgem novas cidades (zona metropolitana), assim como novos bairros, que inserem a cidade, em definitivo, na era da modernidade, com seus trens, eletricidade, telefones, automóveis, rodovias, etc.

Conforme mencionado, a Light detinha o monopólio do fornecimento de energia elétrica a partir das construções de várias usinas hidrelétricas. Desta maneira, o gradual crescimento populacional e urbano de São Paulo acarreta o aumento das ligações elétricas. Em 1901, a Light registra 1.045 usuários no Estado. Em 1920, o cadastro de consumidores contabiliza 54.116 usuários, subindo este número, em 1958, para 854.926. Quando a Eletrobrás, em 1979, passa a controlar a companhia, já são três milhões de consumidores. Analisando pelo consumo energético diário, os 7.500 kWh de 1901 sobem para 10 milhões de kWh em 1950.

Em 1.960, 3,7 milhões de pessoas moravam na cidade de São Paulo. Poucos anos antes, a indústria automobilística havia se instalado no país, aumentando a circulação de carros pelas grandes avenidas. Por este mesmo período, a prefeitura de São Paulo começava a gerenciar o investimento em transporte urbano coletivo após a desistência da Light desse mercado.

Assim, os bondes foram progressivamente desativados, pois passaram a ser considerados inadequados à cidade moderna, cedendo lugar a ônibus movidos a diesel e a automóveis particulares. A década de 60 marca o fim de quase 100 anos de serviços de bondes oferecidos pela Light e inaugura uma nova era dos transportes públicos em São Paulo.

Além do serviço de bondes elétricos para a cidade de São Paulo e dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica para a cidade, a Ligth realizou várias obras de construção de represas e usinas hidrelétricas, também em municípios afastados. A empresa, como descrito anteriormente, também foi responsável pela retificação dos rios Tietê e Pinheiros e pela construção da represa Billings.

A *The São Paulo Tramway, Light and Power Company*, a Ligth paulista, funde-se com a *Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company* formando a Light – Serviços de Eletricidade S/A, vinculada à BRASCAN Ltda. (Brasil Canadá Ltda.), que em meados da década de 50 passa a atuar nos ramos imobiliário, hoteleiro, nos serviços de engenharia, agropecuária e etc.

Contudo, mesmo com o crescente desenvolvimento da cidade em função destes avanços industriais e tecnológicos, não se pode ignorar a precariedade em infra-estrutura das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos: a cidade carece de água encanada e de uma rede de esgoto. Os bairros populares estão abandonados pelo Estado.

Por este ângulo, a imagem de São Paulo como metrópole mundial industrializada, moderna e cosmopolita deve ser relativizada: as classes que mediaram as inovações tecnológicas, sobretudo a classe média e os operários, não tinham acesso a elas.

No início da década de 60, a população ainda sofria com praças mal iluminadas, enchentes e ruas esburacadas. Em fevereiro de 1961, época de chuvas torrenciais em São Paulo, os moradores das zonas norte e leste sofriam com as enchentes. Em 16/02/1961 a Folha de São Paulo relatou a necessidade de construção de galerias pluviais (“Plano de obras de emergência para as zonas norte e leste da capital”).

Na mesma data, uma reportagem de um jornal de menor tiragem (Diário da Noite) também explicita a ausência de iluminação de praças públicas da periferia: “Praça mal iluminada deixa preocupados os moradores do Brás – casais de namorados gostam”. A mesma edição reclama dos obstáculos no trânsito e da falta de iluminação nas ruas da Mooca: “Remodelação da rua da Mooca – medida necessária e urgente”.

Em contraposição às zonas mais afastadas, as quais carecem de investimentos em infra-estrutura, a imagem de São Paulo, que as classes dirigentes querem apresentar, é a de uma cidade aparentemente homogênea e sem conflitos. O que prevalece é a imagem de cidade cosmopolita.

Contudo, a “periferia desassistida” (Henrique Ferraz – São Paulo hoje), não oficial, já que ausente de investimentos públicos, sofre durante a época de chuvas e com o acesso precário aos transportes públicos. As seguintes manchetes, retiradas de diversos jornais do período compreendido por este trabalho, evidenciam a precariedade em infra-estrutura básica em diversos pontos da cidade:

- “Rios Tietê e Tamandateí continuam transbordando e inundando a cidade” – A Hora, 17/02/1961.
- “Chuvas atingiram duramente os bairros periféricos de São Paulo” – Correio Paulistano, 18/02/1961.
- “Chuvas torrenciais no litoral sul: Rio derruba ponte em Jacupunga!” – Última Hora, 20/02/1961.
- “Temporal provoca mortes, incêndios e desabamentos” – O Estado de São Paulo, 21/02/1961.

A “cidade que não pára nem num flash de fotografia” é a cidade cuja classe operária questiona as ações da Light ao monopolizar as áreas de várzea, conflitando com os interesses da empresa. Nos anos 50 a empresa foi apelidada de “polvo canadense” devido ao controle que detinha sobre o legislativo e o judiciário. A matéria publicada no “O Semanário” de 16 a 23/02/1961, cuja manchete: “Os trabalhadores e o governo federal”, denuncia o fato de o governo favorecer grupos econômicos internacionais (Light e outros) e desfavorecer a classe trabalhadora.

O primeiro “Código de Águas” (1934) objetivou regulamentar as companhias que utilizavam recursos hídricos nacionais, estabelecendo regras para o uso das águas e para a produção e fornecimento de energia elétrica. Introduziu diversas modificações nos dispositivos jurídicos relativos ao assunto, dentre as quais vale destacar a propriedade dos recursos fluviais que passa a pertencer ao Estado ou à União e não mais a proprietários particulares por cujas terras tais vias fluviais pudessem percorrer. Outra regra é a restrição do uso das águas, priorizando o uso para abastecimento humano.

Deste modo, o aproveitamento do potencial hidrelétrico de rios e demais recursos hídrico dependia da autorização do governo federal e as tarifas resultantes deste aproveitamento passariam a ser fixadas considerando os custos e os investimentos das empresas concessionárias.

Em função desta intervenção estatal uma crise na produção energética se instalou, uma vez que os investimentos na produção e distribuição de energia elétrica assumiram, aos olhos dos investidores estrangeiros, feição de grande incerteza. O resultado deste impasse foi uma constante insuficiência energética no âmbito do processo galopante de urbanização paulista, afetando inclusive o desenvolvimento do parque industrial da cidade e de regiões adjacentes.

Ainda assim, obras para a eletrificação de outras regiões da cidade e de municípios do interior continuaram, dado que a meta de universalização dos recursos energéticos não foi descartada pela concessionária canadense. Ademais, os serviços de iluminação, transporte e saneamento já eram identificados pelo interesse estatal como estratégicos.

Neste contexto, os jornais mais uma vez testemunham este processo, conforme pode ser observado nas manchetes das seguintes notícias:

- “2 milhões de m³ de detritos já estão depositados no canal retificado do Rio Tietê” – Folha de São Paulo, 16/02/1961.
- “Vale do Paraíba: Plano de Aproveitamento Econômico” – Diário do comércio, 16/02/1961.
- “Campinas destaca-se no fabrico de equipamentos elétricos pesados” – O Jundiaense, 16/02/1961.
- “Tatuí: Constituição de companhia para serviços de eletricidade” – Correio Paulistano, 17/02/1961.
- “Plano de desenvolvimento para litoral do Estado” – O Estado de São Paulo, 17/02/1961.
- “Instalação de indústrias no interior do Estado” – Folha de Boituva, 18/02/1961.
- “Em bom ritmo a retificação do Tietê” – A Gazeta, 18/02/1961.
- “Eletrificação da Sorocabana” – Cruzeiro do Sul, 19/02/1961.
- “Bairros de Rio Preto receberão luz elétrica” – Folha de São Paulo, 19/02/1961.
- “Rede geral de água em São Paulo será aumentada em 1.300 quilômetros” – A Gazeta, 20/02/1961.
- “Eletricidade para 12 bairros de Rio Preto” – O Estado de São Paulo, 21/02/1961.
- “Guarujá pronta para receber energia elétrica” – O Estado de São Paulo, 21/02/1961.

3.3.4 Bairros nobres e bairros pobres

No começo do século XX a Light passa a gerenciar os serviços de transporte no município de São Paulo, introduzindo os bondes elétricos. De 1901 a 1912 o acréscimo na extensão das linhas foi de 188.700 metros, equivalendo a uma média anual de 15.725 metros. Desta maneira há uma valorização dos terrenos das áreas servidas pelos bondes.

“A Light era uma empresa oligopolista moderna e não podia fechar os olhos ao mercado imobiliário”.⁷

Conforme já comentado, o envolvimento da Light com a especulação imobiliária em São Paulo é confirmado pelo fato de que a empresa implantar, num primeiro momento, pequenos trechos de linha, que promoviam a demanda por imóveis naquela região e valorizavam conseqüentemente estes imóveis. Depois, a empresa comprava terrenos próximos à continuação territorial lógica das linhas dos bondes elétricos e efetuava a complementação de tais linhas. Definindo as regiões que deveriam ser beneficiadas e as que deveriam ser desprovidas de infra-estrutura em transportes públicos, a Light estabelecia padrões muito desiguais de urbanização.

“Sabe-se que a Light possuía terrenos em vários pontos da cidade: Avenida Celso Garcia, Rua Augusta, Avenida São João, Rua Major Sertório, Rua Lavapés, Avenida Independência, Rua Barão de Campinas, Alameda Glette, Rua Barão de Limeira, Rua Imigrantes, Rua Helvetia, Rua José de Alencar, Rua Alfândega, além das áreas desapropriadas às margens dos rios Tietê e Pinheiros. Pode se considerar que até mesmo a compra do Teatro São José, efetuada pela Light em 1919 para sua futura sede reflete a participação da Companhia nos negócios imobiliários, a medida que a região da Rua Xavier de Toledo, do Viaduto do Chá e da Rua Formosa passaria posteriormente a representar o novo ponto nevrálgico da cidade”.⁸

Agindo desta forma, a Light crescia os valores das moradias urbanas e dificultava o acesso a estas habitações por parte dos trabalhadores. A conseqüência imediata deste processo foi a cisão da capital paulista entre bairros habitados pela elite e bairros preenchidos pelos trabalhadores e demais classes subalternas, não obstante estes indivíduos poderem habitar as regiões centrais da cidade pagando alugueis e ocupando cortiços. Contudo, regra geral, a classe operária passou a ocupar as periferias e a habitar loteamentos realizados pelos próprios moradores e sem infra-estrutura adequada.

A São Paulo moderna era, portanto, uma cidade muito desigual nas edificações e nos arruamentos. Esta desigualdade intensifica-se à medida que o aumento populacional gera novas construções pela cidade. Em fins da década de 40 assiste-se a consolidação desta

⁷ *Revista História e Energia*: “A chegada da Light”. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico - DPH / Eletropaulo, 1986.

⁸ Op. Cit.

desigualdade a partir do trinômio: “loteamento periférico / casa própria / autoconstrução”; que até a década de 70 representa a principal opção de moradia para os setores populares.

Deste modo, é possível concluir que o “negócio” dos loteamentos periféricos foi um subproduto da especulação imobiliária. Porém, esta ocupação das áreas mais afastadas foi feita de maneira muito caótica. As construções estavam em áreas de risco, com possibilidades de desabamentos, e a população não recebia os serviços que eram comuns nas regiões privilegiadas. Os bairros onde estavam concentradas as elites já recebiam o fornecimento de energia elétrica desde a primeira década do século.

Mesmo com o crescente desenvolvimento da Light e da industrialização em São Paulo, foi somente em meados da década de 1930 que os moradores do Brás, um bairro operário, portanto local de concentração da classe que, grosso modo, “produzia”, ou melhor, “fabricava” as inovações industriais, receberam a luz elétrica. Em 1910, o Brás concentrava cerca de 70% da força de trabalho do setor têxtil, composta por 10.204 operários, imigrantes principalmente de origem italiana.

No fim da década de 1940, a fim de aumentar o volume de água disponível para a produção de energia elétrica a partir da bacia do rio Tietê, através da Usina de Cubatão, o governo federal autorizou a Light a altear a barragem da Usina de Parnaíba e a construir outra barragem em Pirapora. Como conseqüência, o remanso das águas passou a alcançar níveis muito altos, transformando a zona leste numa espécie de represa suplementar. Somado ao aumento populacional e à ocupação urbana da várzea do Tamanduateí, isto ocasionou enchentes catastróficas como, por exemplo, a de 18 de dezembro de 1960 que inundou a zona cerealista, no Brás, perto do Mercado Central, determinando sua transferência para o Ceasa, às margens do Rio Pinheiros.

Além do privilégio de serem os bairros nobres os primeiros a receber energia elétrica, transporte público e infra-estrutura, nos anos 30 o “Plano de Avenidas”, criado pela Comissão para a Elaboração de Plano Geral de Conjunto, já se preocupa em melhorar e embelezar a cidade de São Paulo. A idéia é expandir esta preocupação estética para todas as regiões do município. Em 1929, a Prefeitura promulga uma lei com o intuito de controlar a estética, higiene e segurança das edificações. É neste período que começam as obras de retificação dos rios Tietê e Pinheiros que

“(…) introduz a época, uma série de melhorias, tais como o fim das inundações, eliminação dos pernalongos, regularização para um potencial uso hidrelétrico e

melhoria da oxigenação das águas, com o aumento da velocidade dos escoamentos. Entretanto, com o tempo, verificou-se que essas melhorias ficaram somente nos conceitos”.⁹

Quando no fim dos anos 30 o prefeito Prestes Maia define como prioridade construir várias vias radiais, reestruturando a malha viária da área urbana central de São Paulo, mais uma vez percebe-se que os privilegiados são os moradores dos bairros nobres.

“Como alguns exemplos das ‘cirurgias’ impostas ao tecido urbano, durante as duas primeiras gestões de Prestes Maia (1938 – 1945) citam-se: o alargamento das ruas da Liberdade e Duque de Caxias, e da Avenida São João, a construção da ligação Rebouças – Eusébio Matoso, a Avenida Rio Branco, o primeiro trecho da Avenida Vinte e Três de Maio, a Ponte das Bandeiras e o prolongamento da Avenida Pacaembu. O túnel da Avenida Nove de Julho, iniciada em 1930, é prolongado através do Jardim América e do Jardim Europa, até a Avenida Santo Amaro, enfatizando a conexão Santo Amaro – Santana como o principal eixo diametral da cidade, passando pelo Anhangabaú, totalmente modificado, onde o antigo parque boulevard é substituído por pistas de tráfego”.¹⁰

Contudo, o crescimento demográfico e a conseqüente expansão das periferias fazem com que sejam tomadas algumas providencias também nestas áreas, ainda que com menores estímulos. A industrialização já bastante diversificada, como a indústria automobilística, de eletrodomésticos, etc, atrai novas levas de migrantes, vindos, sobretudo, da região nordeste do Brasil e após a Segunda Guerra, também do Japão, China e Coréia.

É evidente que a expansão para os terrenos das periferias encontra características desfavoráveis à ocupação, como solos frágeis, suscetíveis à erosão e relevos com declínio. Assim, assiste-se às tragédias ocorridas com os desabamentos, com as inundações, etc., que os moradores destas áreas ocupadas sofrem nos períodos de chuvas intensas na capital do Estado. Ao mesmo tempo verifica-se a verticalização das áreas centrais, como mais uma alternativa para abrigar tantos novos moradores da cidade.

⁹ Atlas Ambiental do Município de São Paulo, s/d.

¹⁰ Op. Cit.

4. Conclusões

Através da leitura das fontes consultadas pelo presente projeto de pesquisa, pode-se perceber que à Light interessava recortar da realidade paulista da segunda metade do século XX três aspectos básicos: o processo de intervenção estatal no setor elétrico, emblematicamente representado pela aprovação do projeto de lei que instituiu a Eletrobrás; as manifestações reivindicatórias – ou com claro teor político? – da classe trabalhadora; e os efeitos do processo de urbanização acelerado das principais cidades paulistas do período assinalado.

Com relação ao primeiro aspecto, pode-se argumentar que o interesse da empresa residia em acompanhar os movimentos do Estado brasileiro que, movido por um projeto de industrialização nacionalista, interferia nos interesses dos grupos econômicos internacionais, já que passou a ocupar posições econômicas estratégicas que antes eram apanágio de uma elite financeira desterritorializada. Neste sentido, o contexto histórico do setor elétrico na segunda metade do século XX é representativo desta maior presença do Estado brasileiro nos assuntos econômicos do país.

Quanto ao segundo aspecto, o processo acelerado de industrialização brasileiro somado à constante invasão de capitais internacionais no país provocou profundas transformações sociais na realidade brasileira que em sua maior parte recaía sobre o cotidiano de milhões de trabalhadores. Inconformados com sua condição material, estes trabalhadores se mobilizaram e convulsionaram a sociedade brasileira, galgando cada vez mais uma postura mais radical. Daí a apreensão de uma empresa internacional como a Light em relação à classe trabalhadora.

Por fim, o último aspecto demonstra o interesse da empresa canadense em acompanhar as transformações ocorridas nas principais cidades paulistas do período estudado, transformações as quais a própria empresa integrava-se, pois modificava o tecido urbano paulista pela ação de seus serviços e produtos. Ação esta que muitas vezes representou a exclusão dos mais pobres ao acesso de seus produtos e introduziu mudanças ecologicamente prejudiciais ao meio que explorava.

5. Fontes documentais, referências bibliográficas e demais fontes de pesquisa

Fontes documentais:

Livro de recortes noticiário expresso (16/02/1961 a 28/02/1961) – Caixa 1221-1222 – Série Matérias publicadas na imprensa. Fundo Eletropaulo. Fundação Energia e Saneamento.

Bibliografia:

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, pp. 39-43.

FABRIS, Annateresa (Org.). *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1994.

MEDEIROS, Reginaldo A. de. *O Capital Privado na Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro*. In: *História & Energia* (caderno sexto), Departamento de Patrimônio Histórico – PCH – da ELETROPAULO, 1996.

Revista Memória Eletropaulo, n°22. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico – DPH, 1997.

Revista História e Energia: “A chegada da Light”. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico – Eletropaulo –, 1986.

ROSENBERG, Nathan e BIRDZELL, L. E. Jr. *A História da Riqueza do Ocidente: A Transformação Econômica no Mundo Industrial*. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d.

Sítios:

- www.prefeitura.sp.gov.br
- www.aprenda450anos.com.br
- Revista Eletrônica de Ciências
- Atlas Ambiental do município de São Paulo